

Câmara Municipal de São João do Polesine
Recebido em 27.02.2020
Ass. *[assinatura]* 15:40

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
3º QUADRIMESTRE DE 2019
AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
REALIZADA EM 28/02/2020

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2019, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal, na Internet (www.saojoaodopolesine.rs.gov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação exibirá os quadros e demonstrativos com saldos acumulados até 31 de dezembro de 2019.

1 – RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

Em relação às metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atualizadas pela Lei Orçamentária Anual de 2019, a arrecadação efetivamente realizada foi

menor em 20,80% do total previsto, cuja razão preponderante foi a não realização das transferências de capital constante no orçamento, uma vez que as receitas correntes atingiram 107,36% da sua estimativa anual.

Quanto à despesa, a Administração Municipal, buscou medidas de redução e controle dos gastos públicos. Essa iniciativa vislumbrou garantir o quanto possível um equilíbrio fiscal para dar continuidade à busca de recursos externos e assim aumentar a capacidade de investimento no Município, possibilitando superar a meta de resultado primário prevista na LDO/2019.

Os principais resultados fiscais, traduzidos pela apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal são apresentados no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	METAS PREVISTAS LDO/LOA	REALIZADO ATÉ 3º QUADRIMESTRE
Receita total	20.444.700,00	16.192.299,55
Receita Primária (I)	19.161.273,36	15.677.571,68
Despesa total	20.191.700,00	14.724.363,85
Despesa Primária (II)	19.920.200,00	14.957.537,16
Resultado Primário (I-II)	-758.926,64	720.034,52
Resultado Nominal	-776.451,51	711.404,74

No período de janeiro a dezembro de 2019, o resultado primário foi de R\$ 720.034,52. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar as despesas primárias. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

O superávit observado deve-se, principalmente, ao equilíbrio financeiro/orçamentário apresentado no período. As receitas primárias totais no período efetivaram um montante de R\$ 15.677.571,68, correspondendo a 81,82% da meta anual prevista. O valor verificado foi superior a Despesa Primária Total paga (Despesa Primária Corrente + Capital + Reserva de Contingência) – que corresponderam no mesmo período a R\$ 14.957.537,16.

Já o resultado nominal corresponde à variação da DCL - Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). No final do 3º quadrimestre, o Resultado Nominal foi de R\$ 711.404,74, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período.

Nesse sentido, os resultados primário e nominal têm tendências semelhantes, ou seja, um resultado primário positivo contribui no sentido de aumentar o resultado nominal.

Dessa forma, a apresentação dos resultados primário e nominal com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, serão considerados superávit, e os resultados com sinal negativo serão considerados déficit.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2019	
		Receitas Realizadas	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES(I)	13.695.685,60		14.703.248,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.658.650,00		1.771.329,38
IPTU	509.400,00		455.489,82
ISS	756.500,00		879.175,70
ITBI	130.000,00		146.964,08
IRRF	187.500,00		224.706,95
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	75.250,00		64.992,83
Contribuições	96.000,00		82.839,75
Receita Patrimonial	26.386,00		15.467,87
Aplicações Financeiras (II)	21.386,00		14.727,87
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00		740,00
Transferências Correntes	11.823.949,60		12.617.623,24
Cota-Parte do FPM	7.216.249,60		7.125.989,06
Cota-Parte do ICMS	2.064.000,00		2.142.402,19
Cota-Parte do IPVA	312.000,00		331.242,11
Cota-Parte do ITR	7.200,00		5.629,61
Transferências da LC 87/1996	12.400,00		-
Transferências da LC 61/1989	33.600,00		31.779,88
Transferências do FUNDEB	910.000,00		1.001.278,04
Outras Transferências Correntes	1.268.500,00		1.979.302,35
Demais Receitas Correntes	90.700,00		215.988,54
Outras Receitas Financeiras (III)	-		-
Receitas Correntes Restantes	90.700,00		215.988,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	13.674.299,60		14.688.520,91
RECEITAS DE CAPITAL (V)	6.749.014,40		1.489.050,77
Operações de Crédito (VI)	1.250.000,00		500.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	1.040,00		-
Alienação de Bens	66.900,00		383.461,72
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-		-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-		-
Outras Alienações de Bens	66.900,00		383.461,72
Transferências de Capital	5.420.073,76		591.503,75
Convênios	4.915.573,76		406.761,59
Outras Transferências de Capital	504.500,00		184.742,16
Outras Receitas de Capital	11.000,64		14.085,30
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-		-
Outras Receitas de Capital Primárias	11.000,64		14.085,30
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	5.497.974,40		989.050,77
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	19.172.274,00		15.677.571,68

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2019					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
				(a)			
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.729.697,89	13.573.088,78	13.573.088,78	13.052.491,55	744.816,96	600,00	600,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.035.791,27	7.610.218,21	7.610.218,21	7.512.693,88	87.392,94	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	37.500,00	36.546,97	36.546,97	32.543,77	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.656.406,62	5.926.323,60	5.926.323,60	5.507.253,90	657.424,02	600,00	600,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.692.197,89	13.536.541,81	13.536.541,81	13.019.947,78	744.816,96	600,00	600,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.979.076,28	1.151.275,07	1.151.275,07	964.015,07	6.487,00	445.637,18	400.718,55
Investimentos	7.694.634,95	972.226,87	972.226,87	784.966,87	6.487,00	445.637,18	400.718,55
Inversões Financeiras	104.441,33	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	104.441,33	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	180.000,00	179.048,20	179.048,20	179.048,20	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII)	7.799.076,28	972.226,87	972.226,87	784.966,87	6.487,00	445.637,18	400.718,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	13,54	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.491.287,71	14.508.768,68	14.508.768,68	13.804.914,65	751.303,96	446.237,18	401.318,55
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							720.034,52
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							(758.926,64)
JUROS NOMINAIS							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)							27.917,19
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)							36.546,97
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)							711.404,74
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência							-776.451,51
ABAIXO DA LINHA							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL							
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)				358.096,42			762.189,75
DEDUÇÕES (XXIX)				187.306,18			1.197.812,33
Disponibilidade de Caixa				185.101,07			1.195.607,22
Disponibilidade de Caixa Bruta				937.021,79			1.948.740,31
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)				751.920,72			753.133,09
Demais Haveres Financeiros				2.205,11			2.205,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)				170.790,24			(435.622,58)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)							606.412,82
AJUSTE METODOLÓGICO							
VARIACÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)							-1.212,37
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)							-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)							-
VARIACÃO CAMBIAL (XXXV)							-
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)							-
OUTROS AJUSTES (XXXVII)							-
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)							607.625,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII (XXV - XXVI)							616.254,97
INFORMAÇÕES ADICIONAIS							
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							297.049,05
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais							297.049,05
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 20/Fev/2020, 10h e 17m.

FONTE: PRONIM RE - Responsabilidade Fiscal SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, 20/Fev/2020, 10h e 17m.

2 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2019 no montante de R\$ 20.444.700,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de R\$ 16.192.299,55 tendo sido arrecadado, portanto, 79,20% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado negativo das receitas de capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a **22,06%** da previsão anual de R\$ 6.749.014,40.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a-b)	Percentual Realizado (d) = (b/a)
Receitas Correntes (I)	13.695.685,60	14.703.248,78	(1.007.563,18)	107,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.658.650,00	1.771.329,38	(112.679,38)	106,79
Impostos	1.583.400,00	1.706.336,55	(122.936,55)	107,76
Taxas	75.250,00	64.992,83	10.257,17	86,37
Contribuições	96.000,00	82.839,75	13.160,25	86,29
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	96.000,00	82.839,75	13.160,25	86,29
Receita Patrimonial	26.386,00	15.467,87	10.918,13	58,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.000,00	740,00	4.260,00	14,80
Valores Mobiliários	21.386,00	14.727,87	6.658,13	68,87
Receita de Serviços	66.000,00	139.561,86	(73.561,86)	211,46
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.200,00	109.755,60	(89.555,60)	543,34
Outros Serviços	45.800,00	29.806,26	15.993,74	65,08
Transferências Correntes	11.823.949,60	12.617.623,24	(793.673,64)	106,71
Transferências da União e de suas Entidades	7.955.849,60	8.515.261,07	(559.411,47)	107,03
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.950.100,00	3.072.552,14	(122.452,14)	104,15
Transferências de Instituições Privadas	8.000,00	19.000,00	(11.000,00)	237,50
Transferências de Outras Instituições Públicas	910.000,00	1.010.810,03	(100.810,03)	111,08
Outras Receitas Correntes	24.700,00	76.426,68	(51.726,68)	309,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.700,00	62.133,01	(52.433,01)	640,55
Demais Receitas Correntes	15.000,00	14.293,67	706,33	95,29
Receitas de Capital (II)	6.749.014,40	1.489.050,77	5.259.963,63	22,06
Operações de Crédito	1.250.000,00	500.000,00	750.000,00	40,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.250.000,00	500.000,00	750.000,00	40,00
Alienação de Bens	66.900,00	383.461,72	(316.561,72)	573,19
Alienação de Bens Móveis	56.400,00	48.508,02	7.891,98	86,01
Alienação de Bens Imóveis	10.500,00	334.953,70	(324.453,70)	3.190,04
Amortização de Empréstimos	1.040,00	-	1.040,00	-

Transferências de Capital	5.420.073,76	591.503,75	4.828.570,01	10,91
Transferências da União e de suas Entidades	5.299.500,00	503.297,16	4.796.202,84	9,50
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	120.573,76	88.206,59	32.367,17	73,16
Outras Receitas de Capital	11.000,64	14.085,30	(3.084,66)	128,04
Demais Receitas de Capital	11.000,64	14.085,30	(3.084,66)	128,04
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.444.700,00	16.192.299,55	4.252.400,45	79,20
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.444.700,00	16.192.299,55	4.252.400,45	79,20
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.444.700,00	16.192.299,55	4.252.400,45	79,20
Saldos de Exercícios Anteriores	-	297.049,05	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	297.049,05	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

2.1 Receita Tributária

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias atingiu até o final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 1.771.329,38, representando uma realização de 106,79% do valor estimado para o ano.

O IPTU – Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, arrecadou em 2019 um total de R\$ 455.489,82, frente uma previsão R\$ 509.400,00. A arrecadação representa 89,42% da previsão inicial.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual foram projetados R\$ 130.000,00, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 146.964,08, 113,05% do valor estabelecido para 2019. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 879.175,70 o que representa 116,21% do orçado para o exercício (valores líquidos). O regular desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação e atualização da legislação municipal face às alterações provocadas pela Lei Complementar nº 116/2003.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 64.992,83 arrecadou-se, portanto, 86,37% da meta anual.

2.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam até o mês de dezembro, o valor R\$ 82.839,75, correspondendo a 86,29% da previsão anual. A receita mais expressiva do grupo é Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

2.3 Receita de Serviços

Na Receita de Serviços o total arrecadado foi de R\$ 139.561,86, ante uma previsão de R\$ 66.000,00, representando 211,45% da previsão inicial. Nesse grupo, destacam-se as inscrições em concursos e processos seletivos, que totalizaram em 2019 R\$ 109.755,60.

2.4 Transferências Correntes

A previsão para as Receitas de Transferências Correntes no exercício de 2019 foi R\$ 11.823.949,60. Sua realização atingiu o percentual de 106,71%, totalizando R\$ 12.617.623,24. No grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que realizou **R\$ 6.429.706,29** no período, correspondendo a 98,65% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” que totalizou R\$ 696.282,77, valor este repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente.

As Transferências de recursos do SUS para 2019 estavam previstas em R\$ 367.000,00, sendo repassado pela união um montante de R\$ 369.741,12, demonstrando uma realização de 100,74% da sua projeção.

Nas Transferências Correntes do Estado, demonstraram um percentual realizado de **104,15%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 3.072.552,14** realizado. A principal receita desse grupo, é a Cota-Parte do ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 2.142.402,19**, ou seja **103,79%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 2.064.000,00**.

2.4.1 – Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de

2019, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$ 1.001.278,04**, representando **110,03%** da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com o valor de **R\$ 2.235.270,87**. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2019 foi de **R\$ 1.233.992,83**.

QUADRO 3 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Valores Recebidos do FUNDEB	910.000,00	1.001.278,04	110,03
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.236.714,40	2.235.270,87	99,93
Perda com o FUNDEB	1.326.714,40	1.233.992,83	93,01

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

2.5 Receitas de Capital

As Receitas de Capital, cujo desempenho analítico está demonstrado no quadro 4, estão ligadas diretamente a política de transferência de recursos não obrigatórios por parte da União e dos Estados. As Receitas de Capital alcançaram apenas 22,06% da previsão inicial para o ano. A maior previsão estava na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de **R\$ 5.420.073,76**, tendo ingressado apenas **R\$ 591.503,75** no período. No exercício financeiro de 2019 o Município arrecadou R\$ 48.508,02 com alienação de bens móveis e R\$ 334.953,70 com alienação de bens imóveis.

QUADRO 4 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Operações de Crédito	1.250.000,00	500.000,00	40,00
Alienação de Bens	66.900,00	383.461,72	573,18
Amortização de Empréstimos	1.040,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.420.073,76	591.503,75	10,91
Outras Receitas de Capital	11.000,64	14.085,30	128,04
Total das Receitas de Capital	6.749.014,40	1.489.050,77	22,06

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2019, apresentou uma execução superior à Despesa total empenhada. Em valores consolidados, a correlação (despesa total/receita total) foi de 0,9093 demonstrando um Superávit Orçamentário de **R\$ 1.467.935,70**.

As Despesas Empenhadas, no acumulado do ano de 2019 totalizaram **R\$ 14.724.363,85**, valor equivalente a 64,83% do total dos créditos atualizados autorizados. Analiticamente, o total das despesas correntes empenhadas foi de **R\$ 13.573.088,78** correspondendo a 92,15% da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 1.151.275,07**, ou seja, 14,43% dos créditos autorizados.

QUADRO 5 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.944.568,43	14.729.697,89	13.573.088,78	13.573.088,78	13.052.491,55	1.156.609,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.936.672,86	8.035.791,27	7.610.218,21	7.610.218,21	7.512.693,88	425.573,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	37.500,00	36.546,97	36.546,97	32.543,77	953,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.947.895,57	6.656.406,62	5.926.323,60	5.926.323,60	5.507.253,90	730.083,02
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	7.247.131,57	7.979.076,28	1.151.275,07	1.151.275,07	964.015,07	6.827.801,21
INVESTIMENTOS	7.035.631,57	7.694.634,95	972.226,87	972.226,87	784.966,87	6.722.408,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	31.500,00	104.441,33	-	-	-	104.441,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	179.048,20	179.048,20	179.048,20	951,80
Reserva de Contingência (X)	253.000,00	13,54	-	-	-	13,54
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	20.444.700,00	22.708.787,71	14.724.363,85	14.724.363,85	14.016.506,62	7.984.423,86
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	20.444.700,00	22.708.787,71	14.724.363,85	14.724.363,85	14.016.506,62	7.984.423,86
Superávit (XIV)	-	-	1.467.935,70	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	20.444.700,00	22.708.787,71	16.192.299,55	14.724.363,85	14.016.506,62	7.984.423,86
Reserva do RPPS (XVI)	-	-	-	-	-	-

3.1 Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos **quadros 6 e 7**, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 41,46% para o Executivo e de 2,78% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida Ajustada, acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 15.467.173,62 e está assim discriminada:

QUADRO 6 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DISCRIMINAÇÃO	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	17.637.728,92
(-) I R R F s/Rendimentos do Trabalho	220.067,99
(-) Deduções da Receita Corrente	2.934.480,14
(+) Ajustes Perdas c/ FUNDEB	1.233.992,83
(-) Dedução Prevista no Art. 166 da CF	250.000,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.467.173,62

QUADRO 7 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

DISCRIMINAÇÃO	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	6.413.132,12	41,46	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	429.905,67	2,78	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	6.843.037,79	44,24	57%	60%

4. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 13/2018, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 3.419.335,36, o que corresponde a 25,18% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 212.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, no exercício de 2019, o montante de R\$ 661.195,34 o que corresponde a 65,96% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

5. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 13.578.650,27**. O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 2.036.797,54**. No decorrer do exercício esses valores não foram suficientes para atender todas demandas com os serviços de saúde, e o município aplicou **R\$ 2.912.047,58**, atingindo um percentual de **21,45%** da arrecadação de impostos e transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

6. RESTOS A PAGAR

O quadro abaixo detalha as movimentações dos Restos a pagar, Processados e não processados:

QUADRO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo à Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes (I)	-	600,00	600,00	600,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	600,00	600,00	600,00	-	-
Despesas de Capital (II)	-	551.367,02	445.637,18	400.718,55	79.857,31	70.791,16
Investimentos	-	551.367,02	445.637,18	400.718,55	79.857,31	70.791,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	551.967,02	446.237,18	401.318,55	79.857,31	70.791,16

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios	Em 31 de			
	Anteriores	Dezembro de 2018			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes (I)	369,00	745.064,72	744.816,96	259,53	357,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	87.501,17	87.392,94	-	108,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	369,00	657.563,55	657.424,02	259,53	249,00
Despesas de Capital (II)	-	6.487,00	6.487,00	-	-
Investimentos	-	6.487,00	6.487,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	369,00	751.551,72	751.303,96	259,53	357,23

Com base na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, art. 54 e alínea “b” do inciso III do art. 55, no final do exercício de 2019 o município apresentou a importância de R\$ 772.481,90 em restos a pagar. Deste total, R\$ 746.609,37 (96,65%) em restos a pagar processados e R\$ 25.872,53 (3,35%) de restos a pagar não processados.

Destacamos que do valor acima o município apresentou insuficiência financeira no montante de R\$ 130.733,71 na Fonte de Recurso 0001 – Livre. Quanto à insuficiência financeira apresentada, esclarecemos que apesar da atual situação econômica, o Município no exercício de 2019 conseguiu reduzir em R\$146.485,95 a insuficiência financeira apresentada em 2018, diminuindo em 52,84% os restos inscritos com insuficiência financeira. Também devemos considerar que o município enfrentou o atraso e a falta de repasses de recursos destinados para a área da saúde nos anos de 2014 a 2019, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 329.075,72, impactando assim diretamente nos gastos com recursos próprios.

A insuficiência financeira apresentada no exercício foi ocasionada basicamente, pelo atraso nos repasses do estado aliada a alta aplicação de recursos do município na manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde, que alcançou o percentual de 21,45%, representando em valores nominais um gasto de R\$ 875.250,04 acima do limite mínimo constitucional. Ponderamos também que o total de insuficiência financeira corresponde a 0,84% em relação à RCL ajustada, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas e evidenciando o empenho da administração no controle dos gastos públicos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados permitem concluir que:

a) No período de janeiro a dezembro de 2019, a execução orçamentária (receita e despesa) apresentou um superávit orçamentário de **R\$ 1.467.935,70**.

b) O Resultado Primário e Nominal apurado até o quadrimestre em análise, atingiram 720.034,52 e 711.404,74, respectivamente, superando as metas fixadas para os mesmos na LDO de 2019.

c) O desempenho das principais receitas do Município, principalmente as originadas de transferências da União, a exemplo do FPM, e do Estado (ICMS), estão de acordo com o projetado para o ano.

d) Com relação aos gastos em Educação, o percentual aplicado no exercício foi de 25,18%, ou seja, 0,18% acima do mínimo constitucional.

e) Na área da saúde, a administração municipal tem aportado recurso significativamente superior ao mínimo exigido legalmente para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Conforme apurado, foram destinados recursos próprios para a saúde no montante de R\$ 2.912.047,58, o que representa um percentual de 21,45%, ao passo que a Constituição e a LC nº 141/2012 exige 15%. Assim, em termos financeiros, houve um repasse acima do mínimo de R\$ 875.250,04. Tal montante, embora destinado principalmente ao atendimento direto à população, tem implicado na falta de recursos para outras áreas, também prioritárias.

f) Quanto aos restos a pagar com insuficiência financeira apresentada na fonte de recurso Livre 0001 esclarecemos que apesar da atual situação econômica, o Município no exercício de 2019 conseguiu reduzir em R\$146.485,95 a insuficiência financeira apresentada em 2018, diminuindo em 52,84% os restos inscritos com insuficiência financeira. Também devemos considerar que o município enfrentou o atraso e a falta de repasses de recursos destinados para a área da saúde nos anos de 2014 a 2019, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 329.075,72, impactando assim diretamente nos gastos com recursos próprios. A insuficiência financeira apresentada no exercício totalizou R\$ 130.733,71 na fonte de recurso livre, e foi ocasionada basicamente, pelo atraso nos repasses do estado aliada a alta aplicação de recursos do município na manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde. Ponderamos também que o total de insuficiência financeira corresponde a 0,84% em relação à RCL ajustada, não comprometendo o equilíbrio das contas públicas e evidenciando o empenho da administração no controle dos gastos públicos.

g) Por fim, cabe ponderar que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, no quadrimestre em análise, encontram-se abaixo dos limites legais, demonstrando de modo geral, o cumprimento da Constituição Federal.

São João do Polêsine, 21 de fevereiro de 2020.



MATIONE SONEGO
Prefeito Municipal



JONATHAN GASSEN
Contador
CRC/RS - 089057